



CÓD: SL-025JL-21
7908433207214

SEED-RR

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
E DESPORTO DO ESTADO DE RORAIMA**

Comum a todas as Áreas de Professor da
Carreira de Magistério da Educação Básica
(*Artes, Ciências Biológica, Educação Física,
Filosofia, Física, Geografia, História, Língua
Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa,
Matemática, Química e Sociologia*)

EDITAL Nº 01/2021

Língua Portuguesa

1. Compreensão E Interpretação De Textos. Tipologia Textual	01
2. Ortografia Oficial.	14
3. Acentuação Gráfica.	15
4. Emprego Das Classes De Palavras: Substantivo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição E Conjunção: Emprego E Sentido Que Imprimem Às Relações Que Estabelecem.	16
5. Emprego Do Sinal Indicativo De Crase	20
6. Sintaxe Da Oração E Do Período	21
7. Emprego Dos Sinais De Pontuação	23
8. Concordância Nominal E Verbal	25
9. Regência Nominal E Verbal	25
10. Significação Das Palavras	25
11. Redação De Correspondências Oficiais. Coexistência Das Regras Ortográficas Atuais Com O Novo Acordo Ortográfico	27
12. Reescritura De Frase.	34
13. Função Social Da Linguagem	35
14. Relação Entre A Linguagem Verbal E As Outras Linguagens	36
15. Variação Linguística	36
16. Mecanismos De Organização Textual: Coesão E Coerência.	37
17. Semântica	38
18. Figuras De Linguagem.	38

Didática

1. Evolução Histórica Da Didática: Conceitos, Influências E Tendências; Teóricos Da Didática A Didática E Suas Relações Com A História Da Pedagogia; A Didática Nos Anos De 1990: Princípios E Proposições	01
2. O Professor Como Investigador Na Ação Didática	14
3. A Relação Teoria E Prática No Processo De Ensino-Aprendizagem Escolar	14
4. A Didática Nos Diferentes Níveis De Ensino	17
5. Interdisciplinaridade; Transdisciplinaridade E Multidisciplinaridade	17
6. O Ensino E O Desenvolvimento De Competências.	21
7. Componentes Básicos Do Plano De Aula E A Rotina Da Sala De Aula.	42
8. Avaliação Da Aprendizagem: Tipos E Instrumentos De Avaliação; Concepções Da Avaliação Da Aprendizagem Escolar: Diagnóstica, Emancipatória, Processual, Punitiva, Classificatória	50

Psicologia Da Educação

1. A Importância Da Psicologia Do Desenvolvimento E Da Aprendizagem Para O Processo De Ensinoaprendizagem Em Diferentes Contextos Educacionais	01
2. Contribuições Da Psicologia Da Educação Para A Formação De Professores De Diferentes Campos Disciplinares	50
3. A Importância Da Linguagem Nos Processos De Desenvolvimento E Aprendizagem	52
4. A Relação Professor/Aluno Na Interface Entre Psicologia E Educação Presencial E Semipresencial	75
5. O Funcionamento Dos Mecanismos De Aprendizagem Em Crianças E Adultos	78
6. A Eficácia Das Estratégias Educacionais	84
7. O Funcionamento Da Própria Escola Enquanto Organização	84
8. Desenvolvimento Psicológico Humano E Aprendizagem Escolar	01

Legislação

1. Lei Complementar Nº 041/2001 - Dispõe Sobre O Sistema Estadual De Educação Do Estado De Roraima E Dá Outras Providências 01
2. Lei Complementar Nº 053/2001, Que Dispõe Sobre O Regime Jurídico Dos Servidores Públicos Cíveis Do Estado De Roraima 14
3. Lei Nº 892/2013 E Suas Alterações Que Dispõe Sobre A Criação Do Plano De Cargos, Carreiras E Remunerações Dos Servidores Da Educação Básica Do Estado De Roraima (Pccreb) E Dá Outras Providências 30
4. Lei Federal Nº 8.069/1990 – Estatuto Da Criança E Do Adolescente: Título I – Das Disposições Preliminares. Capítulo Ii – Do Direito À Liberdade, Ao Respeito E À Dignidade. Capítulo Iv – Do Direito À Educação, À Cultura, Ao Esporte A Ao Lazer, Com Respectivas Atualizações 46
5. Lei Federal Nº 9.394/1996 – Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional: Artigos 2º, 3º, 4º, 10º, 12º, 13º, 14º, 17º, 21º, 22º, 58º, 59º, 61º 51
6. Resolução Cne/Cp 2/2017. Diário Oficial Da União, Brasília, 22 De Dezembro De 2017, Seção 1, Pp. 41 A 44, Que Institui E Orienta A Implantação Da Base Nacional Comum Curricular, A Ser Respeitada Obrigatoriamente Ao Longo Das Etapas E Respectivas Modalidades No Âmbito Da Educação Básica 53
7. Brasil. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental E Médio. Brasília: Mec/Secretaria De Educação Básica, 2017: Competências Gerais, Marcos Legais, Fundamentos Pedagógicos E O Ensino Fundamental E Médio No Contexto Da Educação Básica 59
8. Resolução Nº 04/10 Cne/Ceb – Institui As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Básica 72
9. Resolução Nº 04/09 – Cne/Ceb - Institui Diretrizes Operacionais Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Especial 79
10. Resolução Nº 03/10 - Cne/Ceb – Institui Diretrizes Operacionais Para A Educação De Jovens E Adultos. 81
11. Resolução Nº 01/04 – Cne/Cp - Institui As Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico-Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira E Africana 82
12. Diretrizes Nacionais Para A Educação Especial Na Educação Básica. 84
13. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva 87
14. Decreto Nº 7.611/2011 - Dispõe Sobre A Educação Especial, O Atendimento Educacional Especializado E Dá Outras Providências 96
15. Clusão Da Pessoa Com Deficiência (Estatuto Da Pessoa Com Deficiência) 98
16. Decreto Federal Nº 6949/2009 – Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência - “Promulga A Convenção Internacional Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência E Seu Protocolo Facultativo, Assinados Em Nova York, Em 30 De Março De 2007” 115

Noções De Informática

1. Internet E Aplicativos. Correios Eletrônicos. Redes De Computadores: Conceitos Básicos, Ferramentas, Aplicativos E Procedimentos De Internet E Intranet.. Programas De Navegação. 01
 2. Extensão De Arquivo.. Conceitos De Organização E De Gerenciamento De Informações, Arquivos, Pastas E Programas. 08
 3. Teclas De Atalho. Noções De Sistema Operacional (Ambiente Windows). 11
 4. Redes Sociais.. 13
 5. Computação Na Nuvem. 15
 6. Edição De Textos, Planilhas E Apresentações (Ambiente Microsoft Office). 18
 7. Sítios De Busca E Pesquisa Na Internet. 23
 8. Segurança Da Informação: Procedimentos De Segurança. 24
-

**COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS. TIPO-
LOGIA TEXTUAL**

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subtendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seladas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DIDÁTICA: CONCEITOS, INFLUÊNCIAS E TENDÊNCIAS; TEÓRICOS DA DIDÁTICA. A DIDÁTICA E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA; A DIDÁTICA NOS ANOS DE 1990: PRINCÍPIOS E PROPOSIÇÕES

A organização didática do processo de ensino-aprendizagem passa por três momentos importantes: o planejamento, a execução e a avaliação. Como processo, esses momentos sempre se apresentam inacabados, incompletos, imperfeitos, flexíveis e abertos a novas reformulações e contribuições dos professores e dos próprios alunos, com a finalidade de aperfeiçoá-los de maneira contínua e permanente à luz das teorias mais contemporâneas. Como processo, esses momentos também se apresentam interligados uns aos outros, sendo difícil identificarem onde termina um para dar lugar ao outro e vice-versa. Há execução e avaliação enquanto se planeja; há planejamento e avaliação enquanto se executa; há planejamento e execução enquanto se avalia. No texto pretendemos estudar o Planejamento, deixando claro que separar o planejamento dos demais momentos da organização didática do processo, apenas responde a uma questão metodológica para seu melhor tratamento.

No universo da educação, especialmente no ambiente escolar a palavra **didática** está presente de forma imperativa, afinal são componentes fundamentais do cotidiano escolar os materiais didáticos, livros didáticos, projetos didáticos e a própria didática como um instrumento qualificador do trabalho do professor em sala de aula. Afinal, a partir do significado atribuído à didática no campo educacional, é comum ouvir que o professor x ou y é um bom professor porque tem didática.

Para as teorias da educação, porém, a didática é mais do que um termo utilizado para representar a dicotomia entre o bom e o mal professor ou para designar os materiais utilizados no ambiente escolar. Termo de origem grega (*didaktiké*), a didática foi instituída no século XVI como ciência reguladora do ensino. Mais tarde Comenius atribuiu seu caráter pedagógico ao defini-la como a arte de ensinar.

Nos dias atuais, a definição de didática ganhou contornos mais amplos e deve ser compreendida enquanto um campo de estudo que discute as questões que envolvem os processos de ensino. Nessa perspectiva a didática pode ser definida como um ramo da ciência pedagógica voltada para a formação do aluno em função de finalidades educativas e que tem como objeto de estudo os processos de ensino e aprendizagem e as relações que se estabelecem entre o ato de ensinar (professor) e o ato de aprender (aluno). Nesta perspectiva a didática passa a abordar o ensino ou a arte de ensinar como um trabalho de mediação de ações pré-definidas destinadas à aprendizagem, criando condições e estratégias que assegurem a construção do conhecimento.

Nesse contexto, a Didática enquanto campo de estudo visa propor princípios, formas e diretrizes que são comuns ao ensino de todas as áreas de conhecimento. Não se restringe a uma prática de ensino, mas se propõe a compreender a relação que se estabelece entre três elementos: professor, aluno e a matéria a ser ensinada. Ao investigar as relações entre o ensino e a aprendizagem mediadas por um ato didático, procura compreender também as relações que o aluno estabelece com os objetos do conhecimento. Para isso privilegia a análise das condições de ensino e suas relações com os objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino.

Entretanto, postular que o campo de estudo da Didática é responsável por produzir conhecimentos sobre modos de transmissão de conteúdos curriculares através de métodos e conhecimentos não deve reduzir a Didática a visão de estudo meramente tecnicis-

ta. Ao contrário, a produção de conhecimentos sobre as técnicas de ensino oriundas desse campo de estudo tem por objetivo tornar a prática docente reflexiva, para que a ação do professor não seja uma mera reprodução de estratégias presentes em livros didáticos ou manuais de ensino. Não basta ao professor reproduzir pressupostos teóricos ou programas disciplinares pré-estabelecidos, as informações acumuladas na prática ao longo do processo ensino-aprendizagem devem despertar a capacidade crítica capaz de proporcionar questionamentos e reflexões sobre essas informações a fim de garantir uma transformação na prática. Como um processo em constante transformação, a formação do educador exige esta interligação entre a teoria e a prática como forma de desenvolvimento da capacidade crítica profissional.¹

A didática, o processo de aprendizagem e a organização do processo didático

A didática é uma disciplina técnica e que tem como objeto específico a técnica de ensino (direção técnica da aprendizagem). A Didática, portanto, estuda a técnica de ensino em todos os aspectos práticos e operacionais, podendo ser definida como:

“A técnica de estimular, dirigir e encaminhar, no decurso da aprendizagem, a formação do homem”. (AGUAYO)

Didática Geral e Especial

A Didática Geral estuda os princípios, as normas e as técnicas que devem regular qualquer tipo de ensino, para qualquer tipo de aluno.

A Didática Geral nos dar uma visão geral da atividade docente.

A Didática Especial estuda aspectos científicos de uma determinada disciplina ou faixa de escolaridade. A Didática Especial analisa os problemas e as dificuldades que o ensino de cada disciplina apresenta e organiza os meios e as sugestões para resolvê-los. Assim, temos as didáticas especiais das línguas (francês, inglês, etc.); as didáticas especiais das ciências (Física, Química, etc.).

Didática e Metodologia

Tanto a Didática como a metodologia estudam os métodos de ensino. Há, no entanto, diferença quanto ao ponto de vista de cada uma. A Metodologia estuda os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor.

A Didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino. Podemos dizer que a metodologia nos dá juízos de realidades, e a Didática nos dá juízos de valor.

- Juízos de realidade são juízos descritivos e constatativos.

Exemplos:

- ✓ Dois mais dois são quatro.
- ✓ Acham-se presentes na sala 50 alunos.

- Juízos de valor são juízos que estabelecem valores ou normas.

Exemplo:

- ✓ A democracia é a melhor forma de governo.
- ✓ Os velhos merecem nosso respeito.

A partir dessa diferenciação, concluímos que podemos ser metodologistas sem ser didáticos, mas não podemos ser didáticos sem ser metodologistas, pois não podemos julgar sem conhecer. Por isso, o estudo da metodologia é importante por uma razão muito simples: para escolher o método mais adequado de ensino precisamos conhecer os métodos existentes.

¹ Fonte: www.infoescola.com

Educação escolar, pedagogia e Didática

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente as demais práticas sociais. Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando capacidades de pensar criticamente os problemas e desafios postos pela realidade social.

A Pedagogia é um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social.

Uma vez que a prática educativa é o processo pelo qual são assimilados conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade, cabe à Pedagogia assegurá-lo, orientando-o para finalidades sociais e políticas, e criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo.

O caráter pedagógico da prática educativa se verifica como ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos. Vincula-se pois a opções sociais. A partir daí a Pedagogia pode dirigir e orientar a formulação de objetivos e meios do processo educativo.

Podemos, agora, explicar as relações entre educação escolar. Pedagogia e ensino: a educação escolar, manifestação peculiar do processo educativo global: a Pedagogia como determinação do rumo desse processo em suas finalidades e meios de ação; o ensino como campo específico da instrução e educação escolar. Podemos dizer que o processo de ensino-aprendizagem é, fundamentalmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. De um lado, atuam na formação humana como direção consciente e planejada, através de objetivos/conteúdos/métodos e formas de organização propostos pela escola e pelos professores; de outro, essa influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas e sócio-culturais dos alunos.

A Pedagogia sendo ciência da e para a educação, estuda a educação, a instrução e o ensino. Para tanto compõe-se de ramos de estudo próprios como a Teoria da Educação, a Didática, a Organização Escolar e a História da Educação e da Pedagogia. Ao mesmo tempo, busca em outras ciências os conhecimentos teóricos e práticos que concorrem para o esclarecimento do seu objeto, o fenômeno educativo. São elas a Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Biologia da Educação, Economia da educação e outras.

A Didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. A Didática está intimamente ligada à Teoria da Educação e à Teoria da Organização Escolar e, de modo muito especial, vincula-se a Teoria do Conhecimento e à Psicologia da Educação.

A Didática e as metodologias específicas das matérias de ensino formam uma unidade, mantendo entre si relações recíprocas. A Didática trata da teoria geral do ensino. As metodologias específicas, integrando o campo da Didática, ocupam-se dos conteúdos e métodos próprios de cada matéria na sua relação com fins educacionais. A Didática, com base em seus vínculos com a Pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que dão embasamento ao ensi-

no e a aprendizagem e das situações concretas da prática docente. Com isso, pode generalizar para todas as matérias, sem prejuízo das peculiaridades metodológicas de cada uma, o que é comum e fundamental no processo educativo escolar.

Há uma estreita ligação da Didática com os demais campo do conhecimento pedagógico. A Filosofia e a História da Educação ajudam a reflexão em torno das teorias educacionais, indagando em que consiste o ato educativo, seus condicionantes externos e internos, seus fins e objetivos; busca os fundamentos da prática docente.

A Sociologia da Educação estuda a educação com processo social e ajuda os professores a reconhecerem as relações entre o trabalho docente e a sociedade. Ensina a ver a realidade social no seu movimento, a partir da dependência mútua entre seus elementos constitutivos, para determinar os nexos constitutivos da realidade educacional. A partir disso estuda a escola como “fenômeno sociológico”, isto é, uma organização social que tem a sua estrutura interna de funcionamento interligada ao mesmo tempo com outras organizações sociais (conselhos de pais, associações de bairros, sindicatos, partidos políticos). A própria sala de aula é um ambiente social que forma, junto com a escola como um todo, o ambiente global da atividade docente organizado para cumprir os objetivos de ensino.

A Psicologia da Educação estuda importantes aspectos do processo de ensino e da aprendizagem, como as implicações das fases de desenvolvimento dos alunos conforme idades e os mecanismos psicológicos presentes na assimilação ativa de conhecimentos e habilidades. A psicologia aborda questões como: o funcionamento da atividade mental, a influência do ensino no desenvolvimento intelectual, a ativação das potencialidades mentais para a aprendizagem, organização das relações professor-alunos e dos alunos entre si, a estimulação e o despertamento do gosto pelo estudo etc.

A Estrutura e Funcionamento do Ensino inclui questões da organização do sistema escolar nos seus aspectos políticos e legais, administrativos, e aspectos do funcionamento interno da escola como a estrutura organizacional e administrativa, planos e programas, organização do trabalho pedagógico e das atividades discentes etc.²

O Processo Didático Pedagógico de Ensinar e Aprender

Didática é considerada como arte e ciência do ensino, o objetivo deste artigo é analisar o processo didático educativo e suas contribuições positivas para um melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem. Como arte a didática não objetiva apenas o conhecimento por conhecimento, mas procura aplicar os seus próprios princípios com a finalidade de desenvolver no indivíduo as habilidades cognitivas, tornando-os críticos e reflexivos, desenvolvendo assim um pensamento independente.

Nesse Artigo abordamos esse assunto acerca das visões de Libâneo (1994), destacando as relações e os processos didáticos de ensino e aprendizagem, o caráter educativo e crítico desse processo de ensino, levando em consideração o trabalho docente além da organização da aula e seus componentes didáticos do processo educacional tais como objetivos, conteúdos, métodos, meios de ensino e avaliação. Concluímos o nosso trabalho ressaltando a importância da didática no processo educativo de ensino e aprendizagem.

Processos Didáticos Básicos, Ensino e Aprendizagem.

A Didática é o principal ramo de estudo da pedagogia, pois ela situa-se num conjunto de conhecimentos pedagógicos, investiga os fundamentos, as condições e os modos de realização da instrução e do ensino, portanto é considerada a ciência de ensinar. Nesse contexto, o professor tem como papel principal garantir uma relação

² Fonte: www.pedagogiadidatica.blogspot.com.br

didática entre ensino e aprendizagem através da arte de ensinar, pois ambos fazem parte de um mesmo processo. Segundo Libâneo (1994), o professor tem o dever de planejar, dirigir e controlar esse processo de ensino, bem como estimular as atividades e competências próprias do aluno para a sua aprendizagem.

A condição do processo de ensino requer uma clara e segura compreensão do processo de aprendizagem, ou seja, deseja entender como as pessoas aprendem e quais as condições que influenciam para esse aprendizado. Sendo assim Libâneo (1994) ressalta que podemos distinguir a aprendizagem em dois tipos: *aprendizagem casual e a aprendizagem organizada*.

a. Aprendizagem casual: É quase sempre espontânea, surge naturalmente da interação entre as pessoas com o ambiente em que vivem, ou seja, através da convivência social, observação de objetos e acontecimentos.

b. Aprendizagem organizada: É aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades e normas de convivência social. Este tipo de aprendizagem é transmitido pela escola, que é uma organização intencional, planejada e sistemática, as finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino (LIBÂNEO, 1994. Pág. 82).

Esses tipos de aprendizagem tem grande relevância na assimilação ativa dos indivíduos, favorecendo um conhecimento a partir das circunstâncias vivenciadas pelo mesmo.

O processo de assimilação de determinados conhecimentos, habilidades, percepção e reflexão é desenvolvido por meios atitudinais, motivacionais e intelectuais do aluno, sendo o professor o principal orientador desse processo de assimilação ativa, é através disso que se pode adquirir um melhor entendimento, favorecendo um desenvolvimento cognitivo.

Através do ensino podemos compreender o ato de aprender que é o ato no qual assimilamos mentalmente os fatos e as relações da natureza e da sociedade. Esse processo de assimilação de conhecimentos é resultado da reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento (Libâneo, 1994). Entendida como fundamental no processo de ensino a assimilação ativa desenvolve no indivíduo a capacidade de lógica e raciocínio, facilitando o processo de aprendizagem do aluno.

Sempre estamos aprendendo, seja de maneira sistemática ou de forma espontânea, teoricamente podemos dizer que há dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. O nível reflexo refere-se às nossas sensações pelas quais desenvolvemos processos de observação e percepção das coisas e nossas ações físicas no ambiente. Este tipo de aprendizagem é responsável pela formação de hábitos sensorio motor (Libâneo, 1994).

O nível cognitivo refere-se à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais, caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade, bem como pela aquisição de modos de ação e aplicação referentes a essas propriedades e relações (Libâneo, 1994). De acordo com esse contexto podemos despertar uma aprendizagem autônoma, seja no meio escolar ou no ambiente em que estamos.

Pelo meio cognitivo, os indivíduos aprendem tanto pelo contato com as coisas no ambiente, como pelas palavras que designam das coisas e dos fenômenos do ambiente. Portanto as palavras são importantes condições de aprendizagem, pois através delas são formados conceitos pelos quais podemos pensar.

O ensino é o principal meio de progresso intelectual dos alunos, através dele é possível adquirir conhecimentos e habilidades individuais e coletivas. Por meio do ensino, o professor transmite os conteúdos de forma que os alunos assimilem esse conhecimento, auxiliando no desenvolvimento intelectual, reflexivo e crítico.

Por meio do processo de ensino o professor pode alcançar seu objetivo de aprendizagem, essa atividade de ensino está ligada à vida social mais ampla, chamada de prática social, portanto o papel fundamental do ensino é mediar à relação entre indivíduos, escola e sociedade.

O Caráter Educativo do Processo de Ensino e o Ensino Crítico.

De acordo com Libâneo (1994), o processo de ensino, ao mesmo tempo em que realiza as tarefas da instrução de crianças e jovens, também é um processo educacional.

No desempenho de sua profissão, o professor deve ter em mente a formação da personalidade dos alunos, não apenas no aspecto intelectual, como também nos aspectos morais, afetivos e físicos. Como resultado do trabalho escolar, os alunos vão formando o senso de observação, a capacidade de exame objetivo e crítico de fatos e fenômenos da natureza e das relações sociais, habilidades de expressão verbal e escrita. A unidade instrução-educação se reflete, assim, na formação de atitudes e convicções frente à realidade, no transcorrer do processo de ensino.

O processo de ensino deve estimular o desejo e o gosto pelo estudo, mostrando assim a importância do conhecimento para a vida e o trabalho, (LIBÂNEO, 1994).

Nesse processo o professor deve criar situações que estimule o indivíduo a pensar, analisar e relacionar os aspectos estudados com a realidade que vive. Essa realização consciente das tarefas de ensino e aprendizagem é uma fonte de convicções, princípios e ações que irão relacionar as práticas educativas dos alunos, propondo situações reais que faça com que os indivíduo reflita e analise de acordo com sua realidade (TAVARES, 2011).

Entretanto o caráter educativo está relacionado aos objetivos do ensino crítico e é realizado dentro do processo de ensino. É através desse processo que acontece a formação da consciência crítica dos indivíduos, fazendo-os pensar independentemente, por isso o ensino crítico, chamado assim por implicar diretamente nos objetivos sócio-políticos e pedagógicos, também os conteúdos, métodos escolhidos e organizados mediante determinada postura frente ao contexto das relações sociais vigentes da prática social, (LIBÂNEO, 1994).

É através desse ensino crítico que os processos mentais são desenvolvidos, formando assim uma atitude intelectual. Nesse contexto os conteúdos deixam de serem apenas matérias, e passam então a ser transmitidos pelo professor aos seus alunos formando assim um pensamento independente, para que esses indivíduos busquem resolver os problemas postos pela sociedade de uma maneira criativa e reflexiva.

A Organização da Aula e seus Componentes Didáticos do Processo Educacional

A aula é a forma predominante pela qual é organizado o processo de ensino e aprendizagem. É o meio pelo qual o professor transmite aos seus alunos conhecimentos adquirido no seu processo de formação, experiências de vida, conteúdos específicos para a superação de dificuldades e meios para a construção de seu próprio conhecimento, nesse sentido sendo protagonista de sua formação humana e escolar.

É ainda o espaço de interação entre o professor e o indivíduo em formação constituindo um espaço de troca mútua. A aula é o ambiente propício para se pensar, criar, desenvolver e aprimorar conhecimentos, habilidades, atitudes e conceitos, é também onde surgem os questionamentos, indagações e respostas, em uma busca ativa pelo esclarecimento e entendimento acerca desses questionamentos e investigações.

Por intermédio de um conjunto de métodos, o educador busca melhor transmitir os conteúdos, ensinamentos e conhecimentos de uma disciplina, utilizando-se dos recursos disponíveis e das habilidades que possui para infundir no aluno o desejo pelo saber.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM PARA O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCACIONAIS. DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO HUMANO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

A relação entre desenvolvimento e aprendizagem é ainda uma questão central para a prática pedagógica, sobretudo porque nos remete às questões relacionadas ao *o que ensinar, como ensinar e por que ensinar*.

Uma das importâncias em se estudar o processo de desenvolvimento humano está justamente nessa sua relação com a aprendizagem. As teorias sobre o desenvolvimento humano, através de suas explicações sobre o que se desenvolve no homem e como se desenvolve, delimitam as possibilidades da aprendizagem, ou seja, se ela pode ou não interferir nesse desenvolvimento e - sobretudo - como ela pode interferir no mesmo.

Neste sentido, e ainda que não explicitamente, as teorias pedagógicas e as práticas educativas de cada disciplina (dentre elas a educação física) estão fundamentadas por uma concepção de desenvolvimento humano, isto é, têm por referência alguma explicação sobre as possibilidades de vir a ser do homem. Portanto, as teorias sobre o desenvolvimento humano têm uma implicação prática na formação do próprio homem.

Compartilhamos com Duarte (1998) o entendimento de que o trabalho educativo é o ato de produzir intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade já produzida histórica e coletivamente pelos homens. De acordo com essa concepção de educação, os indivíduos só se formam enquanto homens mediante a apropriação das características humanas produzidas e acumuladas ao longo da história.

“Diferentemente do animal, cujo comportamento tem apenas duas fontes – 1) os programas hereditários de comportamento, subjacentes no genótipo e 2) os resultados da experiência individual-, a atividade consciente do homem possui ainda uma terceira fonte: a grande maioria dos conhecimentos e habilidades do homem se forma por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de aprendizagem. (...) A grande maioria de conhecimentos, habilidades e procedimentos do comportamento de que dispõem o homem não são o resultado de sua experiência própria, mas adquiridos pela assimilação da experiência histórico social de gerações. Este traço diferencia radicalmente a atividade consciente do homem do comportamento animal”. (Luria, apud Duarte, 1998, p.12).

Entendemos que para tal perspectiva de trabalho educativo, onde o homem não nasce pronto, mas deve ser *humanizado*, deve buscar ser cada vez mais homem (Freire, 1981), as explicações sobre o desenvolvimento humano, (sobre o que se desenvolve e como se da tal desenvolvimento), deve ter por base uma *concepção* fundamentalmente *histórica do homem*.

Assim, por considerarmos as concepções naturalizantes do desenvolvimento humano incompatíveis com nossa concepção de homem e de educação e por entendermos que aquelas concepções são, ainda hoje, hegemônicas, iremos expor nesta monografia uma explicação eminentemente histórica sobre os processos de desenvolvimento humano, explicação essa fundamentada na teoria elaborada pela Psicologia Histórico-Cultural ou Psicologia Soviética.

Carvalho (1999) em seu artigo “De Psicologismos, Pedagogismos e Educação”, critica a realização de transposições diretas das teorias psicológicas à prática educativa. Será, então, que não estaríamos equivocados ao tentar explicitar uma outra teoria psicológica e buscar nela fundamentos para nossa prática pedagógica? A esta pergunta respondemos que *não*.

Antes de mais nada, a Psicologia Histórico-Cultural não é uma metodologia nova ou um conjunto de técnicas para auxiliar a prática pedagógica, mas é, fundamentalmente, uma forma de entender o homem naquilo que ele é e naquilo que ele pode vir a ser. Trata-se, em essência, da elaboração das questões psicológicas sobre o *que se desenvolve no homem e como se desenvolve*, a partir da explicitação e defesa de uma certa concepção de mundo e de homem: ambos essencialmente históricos.

Mais do que isso, a Psicologia Histórico-Cultural tem as questões educacionais como base e finalidade de suas investigações, posto que para ela o desenvolvimento especificamente humano não ocorre sem a aprendizagem.

Ainda assim, entendemos que essa explicação psicológica que iremos explicitar nesse trabalho é fundamento de nossa prática educativa e não o ponto final da mesma. Queremos dizer com isso que essa fundamentação não retira a necessidade de estudarmos os problemas concretos da educação escolar e de cada disciplina em particular, dentre elas a educação física.

Diante dessas questões levantadas, podemos apresentar nossos três objetivos centrais com essa monografia.

1) Apresentar alguns elementos que possam contribuir para explicitar a concepção de desenvolvimento humano elaborada pela Psicologia Histórico-Cultural.

2) Apontar alguns princípios pedagógicos que podem ser extraídos dessa teoria, sobretudo os relacionados às questões entre desenvolvimento e aprendizagem e os relacionados à organização dos conteúdos de ensino.

3) Apontar algumas relações entre a Psicologia Histórico-Cultural e a educação física, procurando estabelecer algumas possibilidades para o estudo da prática pedagógica da educação física. Para este último objetivo, focaremos nossa análise no trabalho pedagógico da educação física infantil, tendo o jogo como fonte de nossas discussões.

O papel do social e da aprendizagem no desenvolvimento do homem

O determinismo biológico na teoria pré-formista ou inatista

Desenvolvimento refere-se, de uma maneira geral, às mudanças que ocorrem ao longo do ciclo de vida de um indivíduo. O estudo do desenvolvimento humano está voltado, entre outras coisas, para explicar os fatores que influenciam ou determinam as mudanças no comportamento do indivíduo ao longo do tempo.

Até determinado estágio das teorias que procuravam explicar o desenvolvimento humano, a teoria inatista ou pré-formista aparecia como a visão hegemônica.

Ainda que esta concepção esteja relativamente ausente das explicações dadas para o desenvolvimento humano, isto é, ela já não é mais a concepção hegemônica existente, a importância do seu estudo justifica-se tanto pelo seu valor histórico (enquanto um estágio das teorias sobre o desenvolvimento humano, e que influenciou as teorias subseqüentes), quanto pela persistência de parte de suas idéias nas formas de conduzirmos o pensamento e na metodologia lógica utilizada para as análises. Assim, ainda que uma teoria tenha desaparecido da ciência, de modo que não haja mais uma defesa aberta de suas idéias, não raro, elas se mantêm presentes na forma de “hábitos de pensamentos” Vygotski (1995), que condicionam as práticas de investigação e as práticas educacionais.

Portanto, a reflexão sobre a teoria inatista permite tanto um melhor entendimento da evolução das explicações sobre o desenvolvimento humano, reconhecendo suas limitações e seus avanços, quanto à possibilidade de superarmos aqueles “hábitos de pensamentos” por ele condicionados.

Antes de avançarmos nessa análise, parece necessário caracterizarmos mais a fundo essa teoria. Para os adeptos da teoria inatista, o desenvolvimento humano caracteriza-se, fundamentalmente,

pelo seu potencial intrínseco (hereditário), com pouca ou nenhuma influência do meio. Os processos de crescimento físico e maturacional, em última análise, o organismo, determina incondicionalmente o processo de desenvolvimento. Assim, o estado de desenvolvimento da criança de 10 anos de idade, seria produto direto do seu estado maturacional, isto é, de suas forças internas.

Nota-se nesta concepção que a explicação dada para o desenvolvimento humano não guarda diferença substancial com o tipo de explicação dada ao processo de desenvolvimento do animal; não há qualquer singularidade no processo de desenvolvimento do homem comparativamente ao animal. Neste sentido, o desenvolvimento humano resumir-se-ia a um processo de amadurecimento meramente biológico, movido pelas forças e transformações internas ao organismo.

Apesar de não existir mais uma defesa aberta das idéias dessa teoria (ou ao menos não hegemonicamente), resta sabermos em que esta concepção influencia ainda hoje nosso pensamento ou nossos “hábitos de pensamento”.

A primeira delas, um tanto quanto influente nas práticas educacionais, é a manutenção da crença de um certo desenvolvimento natural da criança, na crença da existência de uma força intrínseca à criança (processos maturacionais), que saberia ao certo a onde conduzir a criança no seu desenvolvimento e na qual não deveríamos interferir. Makarenko, fazendo crítica a esse tipo de pensamento nos educadores (*o do espontaneísmo do desenvolvimento infantil*), cita uma interessante metáfora, retrucando a crenças de alguns teóricos de que a criança poderia se desenvolver muito bem sem a interferência dos adultos: “Na realidade, nas condições da natureza pura (*desenvolvimento sem uma interferência consciente dos pais experientes*), cresce somente aquilo que naturalmente poderia crescer. Isto é, meras ervas daninhas” (Makarenko, 1986, *alterações em parênteses nossa*).

A segunda forma de influência do pensamento inatista nos dias de hoje, está mais relacionado à prática de investigação científica, e refere-se à redução do processo de desenvolvimento humano a um processo puramente quantitativo. O indivíduo é reduzido na teoria inatista, a um ser *biológico*, cujas características já estão dadas desde o nascimento, restando apenas que elas sejam “desabrochadas”. Desta forma, a descoberta do processo de desenvolvimento especificamente humano, torna-se impossível, assim como a captação e explicação de todas as mudanças e transformações verificadas na conduta da criança.

Por tudo o que foi discutido até então, podemos dizer que não há espaço no interior da concepção inatista para possíveis análises da influência do meio ou do social no desenvolvimento humano. Esta é uma questão absolutamente fora dos problemas levantados pelo inatismo como relevante para o estudo do desenvolvimento humano. O *desenvolvimento*, para esta teoria, *comanda a aprendizagem*, cabendo a esta última apenas aproveitar aquilo que o desenvolvimento já lhe ofereceu. Nessa visão, o aluno reúne ou não as condições ou aptidões para aprender, de acordo com as características hereditárias que possui (Gomes, 2002). O desenvolvimento é uma condição fundamentalmente intrínseca a cada ser humano, determinado pelo material genético de cada um.

Contudo, a negação pura e simples da existência de um meio que influenciasse o desenvolvimento humano torna-se inconsistente, inclusive porque, empiricamente, já não se podia negar sua influência sobre o desenvolvimento humano. Este fato fez com que a contradição existente no interior da teoria inatista, qual seja, a explicação de que o desenvolvimento humano seja essencialmente interno, dado pelas condições genéticas e a verificação empírica da influência do meio nesse desenvolvimento fosse explicitada. Para superar essa contradição era necessário que houvesse um relativo afastamento ou rompimento com as concepções da “velha” teoria,

rompimento esse que possibilitaria visualizar o problema sob novas perspectivas e, assim, levantar outros problemas ou necessidades de investigação científica.

Mas antes de apresentarmos uma tentativa de efetiva superação dessa teoria explicativa do desenvolvimento humano, apresentaremos uma *negação* da mesma, ou seja, uma tentativa de construir uma nova teoria explicativa do desenvolvimento humano que negasse toda a explicação dada pela teoria antiga. Esta foi a tarefa dos ambientalistas.

O determinismo do meio na teoria empirista/ ambientalista ou behaviorista

Como negação da teoria inatista, a teoria empirista/ behaviorista do desenvolvimento humano, cujos maiores representantes são Pavlov e Skinner (Gomes, 2002) procurou deslocar todas as explicações dadas para a formação do ser humano (que residiam no organismo) para o *meio*. Para esta teoria, todo o conhecimento dos seres humanos provém de sua experiência do meio físico e social ao qual ele está inserido, meio esse que provoca mudanças no comportamento do indivíduo. Esse processo caracterizaria o desenvolvimento para essa teoria.

Assim, trata-se de uma inversão, dentro de uma mesma concepção determinista do desenvolvimento humano; os behavioristas negam o determinismo biológico dado pela teoria inatista, para afirmarem o determinismo ambiental no desenvolvimento do homem. E justamente por ser uma teoria *determinista do desenvolvimento*, consideramos que ela seja, também, uma teoria reducionista, incapaz, portanto, de explicar em sua totalidade o desenvolvimento especificamente humano.

De acordo com essa concepção, o processo de educação era visto como um mero processo de transmissão de conteúdos, dados pelo professor (fonte de luz do processo) e recebido pelos alunos, que teriam seus comportamentos moldados de acordo com esse processo. Ou seja, o meio determinaria inteiramente o desenvolvimento do homem; os seres humanos seriam uma cópia das condições externas.

A síntese da teoria interacionista.

Apesar das teorias inatistas e ambientalistas do desenvolvimento humano guardarem muitas diferenças entre si, elas apresentam um ponto em comum que parece aproximá-las mais do que suas diferenças podem afastá-las: trata-se de suas concepções deterministas do desenvolvimento humano.

A contradição fundamental deixada por essas teorias (e que deveria ser prioritariamente superada) residia, justamente, nas suas explicações reducionistas e deterministas do desenvolvimento humano, quer fosse ela de origem biológica ou ambiental. Como forma ou tentativa de superar essa contradição e, conseqüentemente, responder às diversas lacunas deixadas pelas teorias inatistas e ambientalistas, surge uma nova teoria explicativa para o desenvolvimento humano: o interacionismo.

A teoria interacionista, ao buscar superar o reducionismo presente nas abordagens anteriores, postulou que o desenvolvimento humano ocorre mediante a interação entre sujeito e objeto. Essa nova explicação, além de superar o unilateralismo existente na relação entre sujeito e objeto, entre homem e meio, deu um outro importante e fundamental passo para a explicação do desenvolvimento humano: o reconhecimento da existência de um *meio social* efetivamente influenciador no processo de seu desenvolvimento. Considerou-se, pela primeira vez, a existência de um mundo de objetos e relações produzidos pelo homem que influenciariam, de alguma forma, a formação dos seres humanos. O interacionismo, assim, deu um passo além daquele alcançado pelo maturacionismo e pelo inatismo, posto que reconheceu a existência de um meio especificamente social.

Contudo, as contribuições do interacionismo terminaram precisamente no ponto onde o problema da explicação sobre o desenvolvimento especificamente humano pode apenas se revelar. Se é verdade que o interacionismo deu um passo à frente (com relação às demais abordagens sobre o desenvolvimento), é verdade também que ele não pôde completar seu passo e dar um salto para a explicação do desenvolvimento especificamente humano.

Ao tomar o *ponto de partida* para a compreensão do desenvolvimento especificamente humano (qual seja o reconhecimento da existência de um meio social e de uma relação não unilateral entre sujeito e objeto), como *ponto de chegada* para a compreensão do desenvolvimento, o interacionismo pode avançar, apenas em parte, na solução desta questão. Faltava-lhe clareza para enxergar o problema além do ponto onde julgava ser o fim e, também por isso, faltava-lhe um método de pesquisa e análise coerente com a solução desse problema.

O ponto de partida para uma explicação do desenvolvimento especificamente humano, (qual seja o reconhecimento da existência de um meio social, de um mundo humano), é tomado pelo interacionismo como ponto de chegada, o momento final de todo o processo explicativo, e é precisamente aí que reside a sua principal e fundamental falha. Portanto, o maior mérito do interacionismo é, ao mesmo tempo, a sua maior fraqueza.

Assim, não é apenas no reconhecimento da existência de um social, que encontramos a chave para a explicação dos processos de desenvolvimento e formação humana, mas o encontramos sim no modo como esse social é considerado e toma parte para a explicação daqueles processos.

Diante disso, gostaríamos de desenvolver duas idéias com relação ao interacionismo, que serão expostas de forma sintetizada abaixo e servirão de “guia” para as nossas discussões sobre o interacionismo.

1. interacionismo não estabeleceu diferenças qualitativas entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento animal;
2. interacionismo, embora tenha reconhecido a existência do social, o considerou como um fator a mais no processo de desenvolvimento humano, como parte de uma somatória de fatores influentes.

Ainda que considere a existência de um meio especificamente humano e que, portanto, a explicação do desenvolvimento da criança de 10 anos não possa mais ser dissociado das influências desse meio, o interacionismo não conseguiu estabelecer os traços diferenciadores entre o desenvolvimento humano e o animal. Os processos de adaptação e interação de ambos, não são substancialmente distintos.

Não se consegue enxergar um papel qualitativamente diferente do social para o desenvolvimento humano, comparativamente à influência que tem o meio físico para ele. Deste modo, embora tragam nomes distintos, o meio social e o meio natural (ambiente), desempenham essencialmente o mesmo papel na formação do homem. Não há distinção significativa entre ambos, o processo de interação do homem com o seu meio humano é assim, essencialmente igual ao processo de interação do animal ao seu meio natural. Cada um, no seu “espaço” específico, interagiria essencialmente da mesma forma.

O papel, então, que o social, que o mundo de objetos e relações humanas exercem no processo de desenvolvimento da criança é o mesmo que o papel da vegetação da zona da mata para os calangos nordestinos. Ambos interagem e se adaptam ao seu mundo essencialmente da mesma forma; as diferenças se limitam a uma simples distinção semântica do ambiente: um é social, o outro é natural.

Começamos a perceber aqui a limitação em se considerar como suficientemente válido o simples reconhecimento de um mundo social para explicar o processo de desenvolvimento especificamente

humano. Falta reconhecer que os processos de adaptação e de desenvolvimento do homem são radicalmente diferentes dos processos de adaptação e desenvolvimento dos animais.

Não se trata de uma desconsideração aberta dessa distinção entre o animal e o homem. E nem tampouco estamos dizendo que o interacionismo não pontua qualquer diferença entre um e outro. A questão é que o interacionismo, ao se utilizar para as suas análises e interpretações das condições sociais/ humanas as leis biológicas, ou seja, ao utilizar o mesmo modelo de adaptação orgânica para explicar a relação humana com o meio social, tudo o que faz é encontrar nessa relação, elementos da relação elementar de adaptação biológica do organismo ao meio. Portanto, o que se faz na prática é desconsiderar por completo as particularidades da existência de um meio social, posto que ele não desempenharia nada de significativamente distinto no desenvolvimento humano, comparativamente à influência do meio natural.

Não que o interacionismo sobreponha indiscriminadamente o comportamento animal ao humano; contudo, as únicas diferenças que ele pode estabelecer são as de ordem *quantitativas*. O social pode ser mais influente ou menos influente no desenvolvimento do comportamento humano; essa é sua particularidade.

A relação entre o social e o natural, entre o cultural e o biológico, ou seja, a questão da relação entre esses dois elementos, perde a sua especificidade e é transformada numa relação de mera porcentagem. A diferença entre os “sócio-interacionistas”, e os interacionistas reside apenas na atribuição de medidas diferentes ao papel do social no desenvolvimento humano. De um lado o social teria uma porcentagem de 60% ou 70%, de outro, o social contribuiria com no máximo 50%.

Definir desta forma a relação entre o biológico e o social, como uma relação meramente quantitativa, reduz qualquer traço diferenciador entre o desenvolvimento do animal e o do homem. Quer seja o mundo de objetos e relações humanas, quer seja a vegetação nordestina, a criança e o calango interagirão essencialmente da mesma forma; a explicação do processo do comportamento é a mesma, sendo, assim, irrelevante se aquele mundo exercerá uma influência de 20%, 50% ou 70% no desenvolvimento da criança.

Há que se reconhecer que um dos grandes avanços do interacionismo foi o de reconhecer a existência de um mundo humano que exerce uma influência específica no comportamento do homem. Assim, além de ter superado a dicotomia sujeito/ meio, de ter considerado a existência tanto da *hereditariedade* quanto do *meio físico* como fatores indissociáveis para a explicação do desenvolvimento humano, o interacionismo considerou também, neste processo, a existência de um terceiro fator: o *meio social*. Contudo, precisamente porque acrescentou o social como um fator a mais, que se *somaria* aos fatores da hereditariedade e do meio físico, e seria assim, um dos três fatores clássicos do desenvolvimento (Duarte, 2000 b); precisamente por ter posto o social mecanicamente e em pé de igualdade com os demais fatores influenciadores do desenvolvimento, (por tê-lo considerado como um elemento a mais de uma mesma conta), é que o interacionismo não pode estabelecer as diferenças necessárias entre o comportamento humano e o animal, entre o desenvolvimento histórico e o biológico.

Podemos exemplificar este fato (do uso das porcentagens e de um acréscimo mecânico do social como forma para explicar o desenvolvimento humano), através de um modelo explicativo do desenvolvimento motor, proposto por Galahue (1996), e que se constitui em um paradigma para a área de educação física. Inten-taremos ressaltar a relação deste modelo com os fundamentos interacionistas, e utilizá-lo como uma forma de exemplificarmos as características essenciais da teoria interacionista.

O “modelo da ampulheta”, proposto por Galahue (1996) para explicar o desenvolvimento motor explicita, para nós, a idéia da influência que tem o social para o interacionismo. O social, nesse

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2001 - DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 041 DE 16 DE JULHO DE 2001

“Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do Estado de Roraima e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: .

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Sistema Estadual de Educação de Roraima é organizado nos termos desta Lei Complementar e no de leis estaduais específicas, observados os princípios da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis federais sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 2º Para fins desta Lei Complementar:

I - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas; e

II - a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

**TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Art. 3º A educação escolar, no Estado de Roraima, obedece aos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; e

V - gratuidade do ensino público em instituições oficiais, ressalvado o disposto no art. 242 da Constituição Federal;

VI - gestão democrática do ensino, na forma desta Lei Complementar e da legislação específica;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - valorização dos profissionais da educação escolar;

IX - valorização da experiência extra-escolar;

X - promoção da interação escola, comunidade e movimentos sociais;

XI - promoção da justiça social, da igualdade e da solidariedade;

XII - respeito à liberdade, aos valores e capacidades individuais, apreço à tolerância, estímulo e propagação dos valores coletivos e comunitários e defesa do patrimônio público;

XIII - valorização da cultura local e regional; e

XIV - vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social, valorizando o ambiente sócio-econômico-cultural do Estado de Roraima.

Art. 4º A educação escolar em Roraima, direito de todos, dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade, inspirada nos princípios da democracia, liberdade e igualdade, nos ideais de solidariedade humana e bem-estar social e no respeito à natureza, tem por fim:

I - o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, convivência social, seu engajamento nos movimentos da sociedade e sua qualificação para o trabalho; e,

II - a formação humanística, cultural, ética, política, técnica, científica, artística e democrática.

**TÍTULO III
DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR
CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA**

Art. 5º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - universalização da educação básica, em todos os níveis e modalidades de ensino, através de:

a) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

b) oferta de ensino fundamental e médio, inclusive, para os que a eles não tiveram acesso na idade própria.

II - cumprimento da obrigatoriedade do ensino fundamental, criando o Poder Público, sempre que necessário, formas alternativas de acesso aos demais níveis de ensino, independentemente, de escolarização anterior;

III - cumprimento do princípio da educação escolar gratuita, vedada a cobrança, a qualquer título, de taxas ou contribuições dos alunos;

IV - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educativas especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino;

V - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VI - oferta de ensino regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, assegurado aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VII - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

VIII - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínima, por aluno, de insuportáveis indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, sua qualificação para o trabalho e posicionamento crítico frente à realidade;

IX - número suficiente de escolas nas áreas rural e urbana e nas comunidades indígenas;

X - membros do quadro de pessoal do magistério, técnico-administrativo e de serviços em número suficiente e permanentemente qualificados para atender a demanda escolar;

XI - atendimento ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

XII - ampliação progressiva, no ensino fundamental, do período de permanência na escola;

XIII - liberdade de organização estudantil, sindical e associativa;

XIV – expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior gratuito ou subsidiado nas diversas regiões do Estado; e, XV - acesso aos níveis mais elevados da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Parágrafo único A ampliação progressiva do período de permanência do educando na escola, prevista no inciso XII, do art. 5º, desta Lei, terá início, prioritariamente, nas escolas situadas nas áreas em que as condições econômicas e sociais dos educandos recomendarem, asseguradas condições pedagógicas suficientes e observadas as metas definidas no Plano Plurianual e no Plano Estadual de Educação.

Art. 6º Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, o Poder Público Estadual, em regime de colaboração com os Municípios e com assistência da União, promoverá o levantamento das crianças em idade escolar e dos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental em idade própria, organizando o plano geral de matrícula e viabilizando a oferta suficiente de vagas.

§ 1º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 2º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 3º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino independentemente da escolarização anterior, na forma estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação.

Art.7º O acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, partido político, entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público, exigi-lo do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 8º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores de 7 a 14 anos de idade, no ensino fundamental, sendo esta facultativas à crianças com menos de sete anos.

Parágrafo único É dever dos pais ou responsáveis zelar pela frequência do aluno à escola.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Art. 9º No Sistema Estadual de Educação, a educação escolar básica é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – condições físicas de funcionamento;

II – credenciamento da instituição de educação e autorização para o funcionamento e reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação;

III – comprovação, pela entidade mantenedora, de capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal;

IV - cumprimento das normas gerais da educação nacional, do disposto nesta Lei Complementar e nas demais leis e regulamentos estaduais sobre educação, no que forem aplicáveis; e

V - avaliação permanente da qualidade e da capacitação do corpo docente e técnico-administrativo pelo Poder Público estadual, observados os critérios estabelecidos para a avaliação de escola pública estadual em idêntica ou assemelhada situação de funcionamento.

Art. 10. Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação da instituição privada de educação pelo órgão competente, que poderá resultar, assegurada ampla defesa e o contraditório:

I - na suspensão temporária de atividades; e

II – no seu descredenciamento e conseqüente encerramento de suas atividades.

§ 1º Em ambos os casos, serão resguardados pela entidade mantenedora os direitos dos educandos, do corpo docente, do pessoal técnico-administrativo e de serviços.

§ 2º As normas e exigências complementares para o cumprimento das condições anteriormente citadas serão expedidas pelo Conselho Estadual de Educação.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Sistema Estadual de Educação compreende:

I - as instituições de educação básica e superior criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

II – as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, como órgão executivo;

V - o Conselho Estadual de Educação como órgão normativo, consultivo e deliberativo; e

VI – as instituições de educação básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, dos municípios que não criarem o seu próprio sistema.

Parágrafo único Os municípios que organizarem o seu próprio sistema deverão fazê-lo mediante a criação legal dos órgãos executivo e normativo responsáveis pelo sistema e fixação da data e início de sua vigência e funcionamento, do que se obrigam a dar ciência, em processo próprio, ao Conselho Estadual de Educação, permanecendo vinculados ao Sistema Estadual de Educação os municípios que não adotarem tal procedimento.

Art. 12. As instituições de educação integrantes ou vinculadas ao Sistema Estadual de Educação classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e

II – privadas, assim entendidas as criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 13. As instituições privadas de educação ou ensino, vinculadas ao Sistema Estadual de Educação, se enquadram nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos seguintes;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive, cooperativas de professores e alunos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes de comunidade e explicitem nos estatutos o caráter comunitário e fins não lucrativos;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específicas, não tenham fins lucrativos e incluam na entidade mantenedora representantes da comunidade; e

IV - filantrópicas, assim entendidas aquelas que, sem fins lucrativos, são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, ofereçam gratuitamente serviços educacionais a pessoas carentes e atendam aos demais requisitos previstos em lei.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

Art. 14. O Sistema Estadual de Ensino incumbir-se-á de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de ensino da rede estadual;

II – definir com os Municípios formas de colaboração da oferta de ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio; e,

V - elaborar e fazer cumprir o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual.

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 15. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Estadual de Ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua Proposta Pedagógica;

II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;

IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua Proposta Pedagógica;

Parágrafo único Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

I - docentes e profissionais lotados e em exercício no estabelecimento de ensino;

II - pessoal técnico-administrativo e de serviços lotado e em exercício no estabelecimento de ensino;

III – pais ou responsáveis pelos alunos; e

IV – alunos matriculados e com frequência regular no estabelecimento de ensino;

Art. 16. Às instituições de educação básica mantidas pelo Poder Público Estadual serão assegurados progressivos graus de autonomia didático-científica, políticopedagógica, administrativa e de gestão financeira, conforme dispuser seu regimento, observada a legislação superior.

§ 1º Objetivando aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa, as escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua em todas as áreas em que as partes hajam convívio.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino elaborarão a sua Proposta Pedagógica contendo os princípios gerais de seu Regimento Escolar, seus princípios administrativos, os currículos escolares e demais processos da atividade escolar.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES

Art. 17. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino e de seus cursos, programas ou atividades;

II – elaborar e cumprir o respectivo plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer, com o apoio dos demais agentes especializados da instituição de ensino, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e as horas de efetivo trabalho escolar estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar nas atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.

§ 1º Compete, ainda, aos demais profissionais da educação lotados e em exercício no estabelecimento de ensino realizar as tarefas inerentes a seu campo de especialidade.

§ 2º Os profissionais da educação, compreendem os administradores, os coordenadores pedagógicos, os orientadores educacionais, e outras ocupações que forem instituídas, constituem categorias distintas, com funções próprias, a serem especificadas em lei.

SEÇÃO III

DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Art. 18. A gestão democrática da educação pública, entendida como ação coletiva e prática política-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Art. 19. Além de outros previstos em lei ou instituídos pelo Poder Executivo, são instrumentos destinados a assegurar a gestão democrática da educação pública:

I – a descentralização do processo educacional;

II – a adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro dos atos relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar e extra-escolar diretamente interessada no funcionamento da instituição;

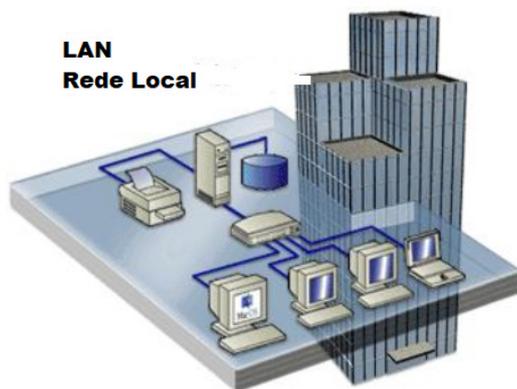
III – o funcionamento, em cada instituição de educação básica pública, de Conselho Deliberativo Escolar, com a participação de representantes da respectiva comunidade escolar, local e regional; e,

INTERNET E APLICATIVOS. CORREIOS ELETRÔNICOS. REDES DE COMPUTADORES: CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET. PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO

Tipos de rede de computadores

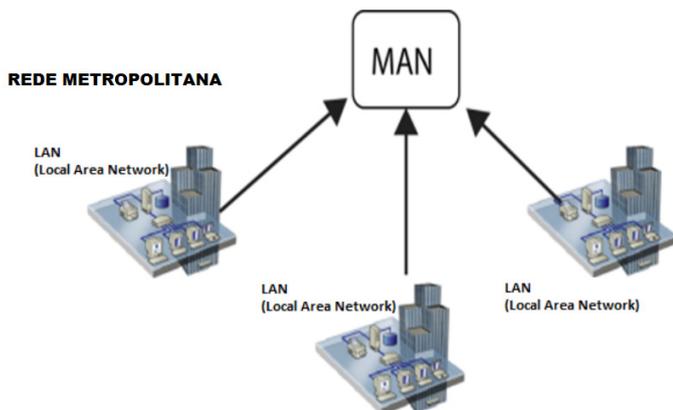
- LAN: Rede Local, abrange somente um perímetro definido.

Exemplos: casa, escritório, etc.



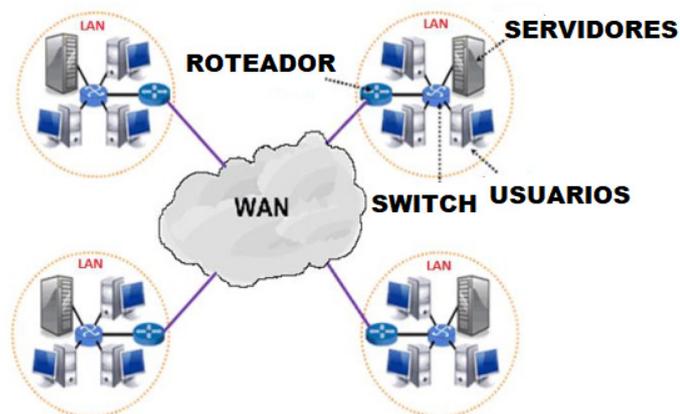
LAN
Rede Local

- MAN: Rede Metropolitana, abrange uma cidade, por exemplo.



REDE METROPOLITANA

- WAN: É uma rede com grande abrangência física, maior que a MAN, Estado, País; podemos citar até a INTERNET para entendermos o conceito.



Navegação e navegadores da Internet

- **Internet**

É conhecida como a rede das redes. A internet é uma coleção global de computadores, celulares e outros dispositivos que se comunicam.

- **Procedimentos de Internet e intranet**

Através desta conexão, usuários podem ter acesso a diversas informações, para trabalho, lazer, bem como para trocar mensagens, compartilhar dados, programas, baixar documentos (download), etc.



- **Sites**

Uma coleção de páginas associadas a um endereço *www*. é chamada *web site*. Através de navegadores, conseguimos acessar web sites para operações diversas.

- **Links**

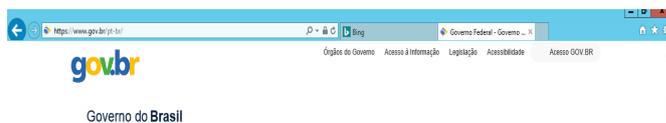
O link nada mais é que uma referência a um documento, onde o usuário pode clicar. No caso da internet, o Link geralmente aponta para uma determinada página, pode apontar para um documento qualquer para se fazer o download ou simplesmente abrir.

Dentro deste contexto vamos relatar funcionalidades de alguns dos principais navegadores de internet: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.

Internet Explorer 11



- **Identificar o ambiente**



O Internet Explorer é um navegador desenvolvido pela Microsoft, no qual podemos acessar sites variados. É um navegador simplificado com muitos recursos novos.

Dentro deste ambiente temos:

- **Funções de controle de privacidade:** Trata-se de funções que protegem e controlam seus dados pessoais coletados por sites;
- **Barra de pesquisas:** Esta barra permite que digitemos um endereço do site desejado. Na figura temos como exemplo: <https://www.gov.br/pt-br/>
- **Guias de navegação:** São guias separadas por sites abertos. No exemplo temos duas guias sendo que a do site <https://www.gov.br/pt-br/> está aberta.
- **Favoritos:** São pastas onde guardamos nossos sites favoritos
- **Ferramentas:** Permitem realizar diversas funções tais como: imprimir, acessar o histórico de navegação, configurações, dentre outras.

Desta forma o Internet Explorer 11, torna a navegação da internet muito mais agradável, com textos, elementos gráficos e vídeos que possibilitam ricas experiências para os usuários.

• Características e componentes da janela principal do Internet Explorer



Área para exibição da página

À primeira vista notamos uma grande área disponível para *visualização*, além de percebermos que a barra de ferramentas fica automaticamente desativada, possibilitando uma maior área de exibição.

Vamos destacar alguns pontos segundo as indicações da figura:

1. **Voltar/Avançar página**

Como o próprio nome diz, clicando neste botão voltamos página visitada anteriormente;

2. **Barra de Endereços**

Esta é a área principal, onde digitamos o endereço da página procurada;

3. **Ícones para manipulação do endereço da URL**

Estes ícones são *pesquisar*, *atualizar* ou *fechar*, dependendo da situação pode aparecer *fechar* ou *atualizar*.

4. **Abas de Conteúdo**

São mostradas as abas das páginas carregadas.

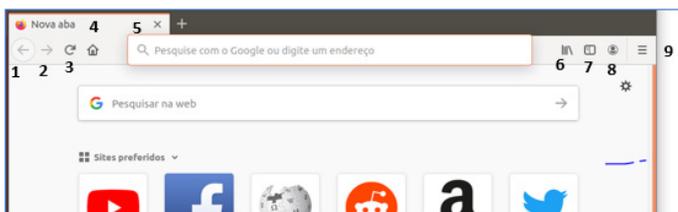
5. **Página Inicial, favoritos, ferramentas, comentários**

6. **Adicionar à barra de favoritos**

Mozilla Firefox



Vamos falar agora do funcionamento geral do Firefox, objeto de nosso estudo:



Vejamos de acordo com os símbolos da imagem:

1	←	Botão Voltar uma página
2	→	Botão avançar uma página
3	↻	Botão atualizar a página
4	🏠	Voltar para a página inicial do Firefox
5	🔍	Barra de Endereços
6	📁	Ver históricos e favoritos
7	📄	Mostra um painel sobre os favoritos (Barra, Menu e outros)
8	👤	Sincronização com a conta FireFox (Vamos detalhar adiante)
9	☰	Mostra menu de contexto com várias opções

– **Sincronização Firefox:** Ato de guardar seus dados pessoais na internet, ficando assim disponíveis em qualquer lugar. Seus dados como: Favoritos, históricos, Endereços, senhas armazenadas, etc., sempre estarão disponíveis em qualquer lugar, basta estar logado com o seu e-mail de cadastro. E lembre-se: ao utilizar um computador público sempre desative a sincronização para manter seus dados seguros após o uso.

Google Chrome



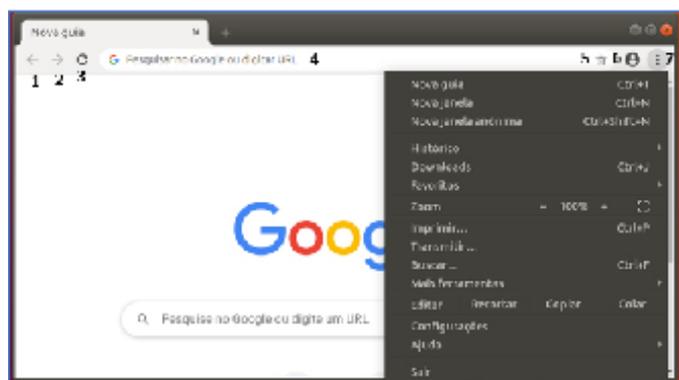
O Chrome é o navegador mais popular atualmente e disponibiliza inúmeras funções que, por serem ótimas, foram implementadas por concorrentes.

Vejamos:

• **Sobre as abas**

No Chrome temos o conceito de abas que são conhecidas também como guias. No exemplo abaixo temos uma aba aberta, se quisermos abrir outra para digitar ou localizar outro site, temos o sinal (+).

A barra de endereços é o local em que se digita o link da página visitada. Uma outra função desta barra é a de busca, sendo que ao digitar palavras-chave na barra, o mecanismo de busca do Google é acionado e exibe os resultados.



Vejamos de acordo com os símbolos da imagem:

1	←	Botão Voltar uma página
2	→	Botão avançar uma página
3	↻	Botão atualizar a página
4	🔍	Barra de Endereço.
5	★	Adicionar Favoritos
6	👤	Usuário Atual
7	⋮	Exibe um menu de contexto que iremos relatar seguir.